

**BancoPecúnia****Banco Pecúnia S.A.**Rua Boa Vista, 254 - 10º andar - São Paulo - SP
CNPJ 60.850.229/0001-47
SOCIETE GENERALE GROUP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: A Administração do Banco Pecúnia S.A. submete à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do respectivo relatório dos Auditores Independentes, relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e de 2015.

São Paulo, 16 de agosto de 2016.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 - (em milhares de reais)

	ATIVO			PASSIVO		
	Nota	2016	2015	Nota	2016	2015
CIRCULANTE		68.947	410.184		1.423	549.562
DISPONIBILIDADES.....	4	221	151			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ.....	5	62.100	13.700			
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS.....		62.100	13.700			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	6	-	5.887			
CARTEIRA PRÓPRIA.....		-	5.887			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		103	458			
CRÉDITOS VINCULADOS.....		4	263			
RELAÇÕES COM CORRESPONDENTES.....		99	195			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....		6.360	370.358			
SETOR PRIVADO.....	7	12.374	422.280			
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	8	(6.014)	(51.922)			
OUTROS CRÉDITOS.....	9.a)	41	38			
DIVERSOS.....		41	38			
OUTROS VALORES E BENS.....		122	19.592			
OUTROS VALORES E BENS.....		28	82			
DESPESAS ANTECIPADAS.....	10	94	19.510			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		54.177	301.666			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	6	5.454	-			
CARTEIRA PRÓPRIA.....		5.454	-			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....		3.101	246.984			
SETOR PRIVADO.....	7	5.034	267.708			
PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA.....	8	(1.933)	(20.724)			
OUTROS CRÉDITOS.....	9.a)	45.580	48.395			
DIVERSOS.....		45.580	48.395			
OUTROS VALORES E BENS.....		42	6.287			
OUTROS VALORES E BENS.....		37	47			
PROVISÃO PARA DESVALORIZAÇÃO DE OUTROS VALORES E BENS.....		(37)	(47)			
DESPESAS ANTECIPADAS.....	10	42	6.287			
PERMANENTE		8.795	19.325			
INVESTIMENTOS.....	12	7.937	17.537			
PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS NO PAÍS.....		7.937	17.537			
OUTROS INVESTIMENTOS.....		-	59			
PROVISÃO PARA PERDA EM INVESTIMENTOS.....		-	(59)			
IMOBILIZADO DE USO	13	816	1.737			
IMÓVEIS DE USO.....		10	207			
REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS DE USO.....		-	804			
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO.....		5.449	6.149			
DEPRECIações ACUMULADAS.....		(4.643)	(5.423)			
DIFERIDO.....		42	51			
GASTOS DE ORGANIZAÇÃO E EXPANSÃO.....		1.129	1.129			
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA DO DIFERIDO.....		(1.087)	(1.078)			
TOTAL DO ATIVO		131.919	731.175		131.920	731.175

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	423.596	870	211	(2)	(319.744)	104.931
Plano de pagamento baseado em ações.....	-	(684)	-	-	-	(684)
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	(9)	-	16	7
Prejuízo do semestre.....	-	-	-	-	(10.813)	(10.813)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	423.596	186	202	(2)	(330.541)	93.441
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	561.596	221	180	(1)	(463.324)	98.672
Ajustes de avaliação patrimonial.....	-	-	-	(4)	-	(4)
Ajustes de exercícios anteriores.....	-	-	-	-	80	80
Plano de pagamento baseado em ações.....	-	(13)	-	-	-	(13)
Realização de reserva de reavaliação.....	-	-	(180)	-	41	(139)
Prejuízo do semestre.....	-	-	-	-	(24.958)	(24.958)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	561.596	208	-	(5)	(488.161)	73.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 (em milhares de reais - exceto prejuízo por ação)

	Nota	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.281	123.266
Operações de crédito.....		3.800	121.079
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		5.481	2.187
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (724)		(61.146)	(34.632)
Operações de captação no mercado.....		(4)	(34.632)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	8	(720)	(26.514)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		8.557	62.120
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS (33.483)		(72.835)	(72.835)
Receitas de tarifas bancárias.....		47	4.178
Despesas de pessoal.....		(1.119)	(1.085)
Outras despesas administrativas.....	19	(18.767)	(68.525)
Despesas tributárias.....		(514)	(4.395)
Resultado de participação em controlada.....	12	(5.129)	(6.407)
Outras receitas operacionais.....	20	3.724	10.879
Outras despesas operacionais.....	21	(11.725)	(7.480)
RESULTADO OPERACIONAL		(24.926)	(10.715)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(32)	(98)
O RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O RESULTADO		(24.958)	(10.813)
PREJUÍZO DO SEMESTRE		(24.958)	(10.813)
PREJUÍZO DO SEMESTRE POR AÇÃO - R\$		(0,04057)	(0,10286)
Número de ações.....		615.127.380	105.127.380

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 - (em milhares de reais)

	Exercício	
	2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
PREJUÍZO DO SEMESTRE	(24.958)	(10.813)
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:	13.455	33.295
Depreciações e amortizações.....	498	425
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	720	26.514
Provisão com processos judiciais.....	6.969	596
Resultado de participação em controladas.....	5.209	6.407
Alienação e Baixas por obsolescência do imobilizado.....	135	30
Plano de pagamento baseado em ações.....	(13)	(684)
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação.....	(63)	7
(Prejuízo) / Lucro Líquido Ajustado	(11.503)	22.482
Varição de ativos e passivos	(14.187)	(15.332)
(Aumento) / Redução em títulos e valores mobiliários.....	(337)	650
Redução em relações interdependências e interfinanceiras.....	341	803
Redução em operações de crédito.....	4.832	136.105
Redução em outros créditos.....	12.883	186
Redução em outros valores e bens.....	196	13.770
Redução de depósitos.....	(302)	(151.284)
Redução em outras obrigações.....	(31.726)	(11.860)
Redução em resultados de exercícios futuros.....	(74)	(3.702)
(=) CAIXA LÍQUIDO (USADO NAS) / PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(25.690)	7.150
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Aumento de capital em Controlada.....	(7.000)	(20.000)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(9)	(10)
Baixas no diferido.....	-	1
(=) CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(7.009)	(20.009)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(32.699)	(12.859)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	95.020	26.710
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE (nota explicativa n.º 4)	62.321	13.851

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(continua)

(continuação)



Banco Pecúnia S.A.

Rua Boa Vista, 254 - 10º andar - São Paulo - SP
CNPJ 60.850.229/0001-47
SOCIETE GENERALE GROUP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 - (em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pecúnia S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. Os recursos necessários para o financiamento da carteira de crédito do Banco, bem como para a manutenção de suas operações, são garantidos pelo seu acionista controlador. As captações, quando necessárias, vêm sendo feitas através de depósitos interfinanceiros com empresas do grupo, principalmente com o Banco Societé Générale Brasil S.A. Em 03 de fevereiro de 2015, a Administração do Banco Pecúnia decidiu pelo encerramento de suas operações, deixando de conceder novos empréstimos. O encerramento das operações vem ocorrendo através da liquidação normal dos ativos e passivos, pelos prazos e condições originalmente pactuados, e por alienações de certos ativos. Em função da natureza das operações e das práticas contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras do Banco, não são esperadas diferenças significativas entre o valor contábil dos ativos e passivos e o valor de liquidação caso as demonstrações financeiras fossem elaboradas nessa base de apresentação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Embora o Banco esteja em fase de encerramento das operações, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme princípio de continuidade. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam: **a)** CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstrações de fluxo de caixa - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.989/11; **e)** CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.007/11; **f)** CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução BACEN n.º 3.823/09; **h)** CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.424/15; e **i)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro - homologado pela Resolução BACEN n.º 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será da maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 02 de agosto de 2016.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta reductora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, de acordo com a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, nas datas dos balanços, pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquidos dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco, segregadas em curso normal, atraso inferior a 15 dias, e vencidas, atraso igual ou superior a 15 dias, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do BACEN, que requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). As rendas das operações de crédito vencidas com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos. **f) Investimentos** - As participações em controlada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **g) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas apresentadas na nota explicativa nº 13 e compatíveis com o tempo da vida útil econômica dos bens. **h) Diferido** - É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **i) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade da perda dos seus valores. **j) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legais ou contratualmente sujeitos à variação cambial e de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do período. **k) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **l) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; e • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal. • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para riscos, em atendimento às normas do BACEN e atualizados monetariamente. **m) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 20%, de acordo com a Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015. **n) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Societé Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa pessoal "pro rata" ao período de carência, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro. **o) Lucro / (Prejuízo) por ação** - A divulgação do lucro / (prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro / (prejuízo) líquido do período pela quantidade total de ações.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Disponibilidades	221	151
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.100	13.700
TOTAL	62.321	13.851

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2016	2015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.100	13.700
TOTAL	62.100	13.700

Em 2016, o saldo de aplicações em depósitos interfinanceiros refere-se à aplicações em CDI pré junto ao Banco Societé Générale com vencimento em julho de 2016 (julho de 2015, em 2015).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria, tipo de papel, valor de curva e de mercado

	2016		2015	
	Valor de Mercado	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor de Curva
Títulos e Valores Mobiliários:				
Carteira Própria	5.454	5.463	5.887	5.890
Títulos disponíveis para venda	5.454	5.463	5.887	5.890
Letras financeiras do tesouro - LFT	5.454	5.463	5.887	5.890
Total	5.454	5.463	5.887	5.890

O efeito da marcação a mercado dos títulos classificados na categoria "disponível para venda", perda no montante de R\$5 (R\$2 em 2015), está registrado no patrimônio líquido na rubrica "ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos impostos. O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

b) Composição por prazo de vencimento

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
A vencer até 3 meses	-	5.887
Acima de 1 ano	5.454	-
Total	5.454	5.887

c) Composição por emissor

	2016	2015
Títulos disponíveis para venda		
Públicos - Governo federal	5.454	5.887
Total	5.454	5.887

d) Gerenciamento de riscos e de capital - A gestão de riscos e de capital do Banco Pecúnia S.A. é efetuada em conjunto com as demais instituições pertencentes ao Grupo Societé Générale Brasil, o qual gerencia os riscos independentemente das áreas de negócios. Equipes de especialistas por tipo de risco monitoram a exposição do Conglomerado e reportam diretamente à Alta Administração. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto na Circular 3.640, de 04 de março de 2013 e normas complementares, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Atendendo à Circular 3.678 de 31 de outubro de 2013, a Resolução 3.380 de 29 de junho de 2006 e os princípios de transparência e divulgação previstos nos acordos da Basileia II e Basileia III, divulgamos conforme estabelecido na Circular 3.644 de 4 de março de 2013, os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito, sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada, de que trata a Resolução 4.193 e quanto à adequação do Patrimônio de Referência (PR), de que trata a Resolução 4.192, ambas de 1º de março de 2013. As informações relacionadas acima, assim como aquelas sobre a estrutura de gerenciamento de capital de que trata a Resolução 3.988 de 30 de Junho de 2011, referentes ao conglomerado financeiro Societé Générale no Brasil, encontram-se disponíveis nos sites da internet do Banco Pecúnia S.A. e de seu controlador.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Tipo de operação

	2016	2015
Financiamento de veículos	17.404	689.852
Crédito pessoal consignado em folha	4	136
Total	17.408	689.988

Em 03 de julho de 2015, o Banco Pecúnia assinou contrato de cessão de crédito, sem coobrigação, referente a parte substancial de sua carteira de Financiamento de Veículos, cuja efetivação ocorreu no 3º trimestre de 2015. O valor total da cessão foi de R\$ 506.667 com um prejuízo de R\$ 51.453.

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2016	2015
Sector privado:		
Pessoas físicas	17.408	689.988
Total	17.408	689.988

c) Composição da carteira por vencimento

	2016	2015
Carteira vencida a partir de 15 dias	3.049	29.212
Carteira a vencer até 3 meses	3.131	124.961
Carteira a vencer de 3 a 12 meses	6.194	268.107
Carteira a vencer de 1 a 3 anos	4.907	256.024
Carteira a vencer de 3 a 5 anos	127	11.684
Total	17.408	689.988

d) Concentração da carteira de crédito

	2016		2015	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	31	0,18%	69	0,01%
10 seguintes maiores devedores	263	1,51%	494	0,07%
20 seguintes maiores devedores	425	2,44%	792	0,11%
50 seguintes maiores devedores	913	5,24%	1.744	0,25%
100 seguintes maiores devedores	1.544	8,87%	3.133	0,45%
Demais devedores	14.232	81,76%	683.756	99,11%
Total	17.408	100,00%	689.988	100,00%

e) Composição da carteira por nível de risco e provisionamento

Nível	2016			
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira Provisão
A	4.866	-	4.866	27,95% (24)
B	785	58	843	4,84% (8)
C	1.510	156	1.666	9,57% (50)
D	958	172	1.130	6,49% (113)
E	642	164	806	4,63% (242)
F	580	187	767	4,41% (384)
G	488	192	680	3,91% (476)
H	4.530	2.120	6.650	38,20% (6.650)
Total	14.359	3.049	17.408	100,00% (7.947)

Nível	2015			
	Curso Normal	Vencidos	Total	% da Carteira Provisão
A	496.237	-	496.237	71,91% (2.481)
B	43.910	2.851	46.761	6,78% (468)
C	48.652	4.405	53.057	7,69% (1.592)
D	21.729	3.245	24.974	3,62% (2.497)
E	9.759	2.085	11.844	1,72% (3.553)
F	6.618	1.918	8.536	1,24% (4.268)
G	4.842	1.684	6.526	0,95% (4.568)
H	29.029	13.024	42.053	6,09% (42.053)
Total	660.776	29.212	689.988	100,00% (61.480)

Provisão adicional (*) (11.166)
Total (72.646)

(*) Em 30 de junho de 2015, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa adicionais aos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682, no montante de R\$11.166 considerando as matrizes de riscos de crédito internas (histórico de perdas e de recuperações), totalizando assim o montante de R\$72.646. Em 30 de junho de 2016, o valor calculado pelas matrizes de risco é inferior aos limites mínimos estabelecidos pela Resolução CMN 2.682, desta forma o valor de provisão foi constituído conforme os limites mínimos estabelecidos pela referida resolução. **f) Renegociação** - Em 30 de junho de 2015, o saldo de operações de crédito renegociadas no semestre foi de R\$ 5.139. Não houve renegociações em 2016.

8. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	2016	2015
SALDO INICIAL	(12.882)	(78.946)
(+) Provisão constituída	(720)	(26.514)
(-) Baixas contra provisão	5.655	32.814
SALDO FINAL	(7.947)	(72.646)

Durante os semestres foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.673 (R\$ 10.008 em 2015).

9. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos - diversos

	2016	2015
Adiantamentos e antecipações salariais	26	24
Adiantamentos por pagamentos de nossa conta	3	1
Devedores por depósitos em garantia - recursos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 c)	1.859	1.863
Devedores por depósitos em garantia - recursos fiscais (nota explicativa nº. 11 c)	38.094	34.600
Devedores por depósitos em garantia - recursos civis (nota explicativa nº. 11 c)	2.462	2.385
Impostos e contribuições a compensar	1.061	9.541
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa nº. 8 a)	2.105	-
Pagamentos a ressarcir	-	8
Devedores diversos - País	13	5
Total	45.623	48.433

b) Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2016	2015
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	44	99
Impostos e contribuições sobre salários	49	29
Imposto sobre serviços	-	30
CSLL, PIS e COFINS retido de terceiros	-	95
PIS / COFINS	129	584
Provisão para imposto de renda diferido (nota explicativa nº. 17 c)	-	64
Provisão para contribuição social diferida (nota explicativa nº. 17 c)	-	38
Outros	12	11
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº. 11 b)	44.315	44.762
Imposto de renda e contribuição social	28.468	30.711
Provisão para outras contingências fiscais	8.853	7.474
PIS	6.994	6.577
Total	44.549	45.712

c) Outras obrigações - diversas

	2016	2015
Provisão para pagamentos a efetuar - Fornecedores	691	926
Provisão para pagamentos a efetuar - Despesas de Pessoal	307	449
Provisão para contingências-Processos trabalhistas (nota explicativa nº. 11 b) (a)	9.779	2.980
Provisão para contingências-Processos civis (nota explicativa nº. 11 b) (b)	2.679	2.994
Provisão para pagamentos a efetuar - sociedades ligadas (nota explicativa nº. 8 a)	110	1.184
Provisão para perdas (c)	-	25.577
Recebimentos a processar	78	3.044
Total	13.644	37.334
Curto prazo	1.186	5.603
Longo prazo	12.458	31.731

(a) Refere-se à provisão para processos judiciais trabalhistas em andamento. A provisão foi constituída com base na perda média histórica, atualizada, dos últimos cinco anos. (b) Refere-se à provisão para processos judiciais civis em andamento. A provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados nos últimos dois anos. (c) Refere-se à provisão complementar para cobrir eventuais perdas na venda de ativos decorrente de ofertas recebidas.

10. DESPESAS ANTECIPADAS

	2016	2015
Comissões (*)	136	25.797
Total	136	25.797
Curto prazo	94	19.510
Longo prazo	42	6.287

(*) Referem-se aos serviços pagos antecipadamente pela contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

11. ATIVOS CONTINGENTES, PROVISÕES PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco é parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda do Banco com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes de processos judiciais.

(continuação)



Banco Pecúnia

Banco Pecúnia S.A.

 Rua Boa Vista, 254 - 10º andar - São Paulo - SP
 CNPJ 60.850.229/0001-47
SOCIÉTÉ GENERALE GROUP
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E DE 2015 - (em milhares de reais)

Perdas prováveis e obrigações legais - Legais, fiscais e previdenciárias - IRPJ e CSLL - R\$ 19.152 (R\$ 22.204 em 2015). Refere-se ao questionamento sobre recolhimentos do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, referente ao fato gerador ocorrido no ano-calendário de 1999, (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta). Aguarda-se análise de admissibilidade do recurso. PLANO VERÃO - R\$ 9.315 (R\$ 8.507 em 2015). Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço, referente aos anos base 1997 e 1998, em razão da aplicação do IPC no mês de janeiro de 1989 na correção monetária das demonstrações financeiras. O Banco apresentou petição e aguarda sentença, a qual é avaliada como perda possível pelos assessores legais do Banco. Contudo, o valor encontra-se provisionado como obrigação legal. PIS - R\$ 1.089 (R\$997 em 2015). Reconhecimento do direito de recolher o PIS com base na Emenda Constitucional nº 17/97 (artigo 72, inciso V, do ADCT - receita operacional bruta) ao invés da Lei nº 9.718/98, até 30 de junho de 1999. Aguardando julgamento. PIS - R\$ 5.905 (R\$5.580 em 2015). Refere-se ao questionamento declarando o direito de recolher o PIS, referente aos exercícios anteriores a 2000, apenas sobre as receitas de serviço. Conforme avaliação dos assessores legais do Banco a perda é possível, contudo os tributos estão provisionados como obrigação legal. IRPJ 1992 - R\$ 1.842 (R\$ 2.629 em 2015). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1992. Em 2009 havia provisão referente a CSLL, porém esta foi baixada em 2012, uma vez que foi verificado o comprovante de pagamento da mesma. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. IRPJ e CSLL 1990 - R\$ 7.012 (R\$ 4.845 em 2015). Visa à declaração da inexigibilidade do recolhimento das antecipações sobre o IRPJ referente ao exercício de 1990 uma vez que com a correção monetária do balanço não terá lucro tributável. O processo está aguardando julgamento do Recurso de apelação interposto pela União Federal no TRF da 3ª. Região. **Trabalhistas** - São ações, na maioria, movidas por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras", e por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas indenizatórias. Nas ações trabalhistas relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. **Cíveis** - São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos. As ações revisionais referem-se às operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas às causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
CREDIAL EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA

	2016	2015
Capital social	34.133	27.133
Quantidade de cotas	9.752.286	7.752.286
Porcentagem da participação (%)	100%	100%
Patrimônio líquido em 30 de Junho	7.937	17.537
Prejuízo do semestre	(5.129)	(6.407)
Movimentação dos investimentos:		
Saldos no início do semestre	6.146	3.944
Resultado de equivalência patrimonial	(5.129)	(6.407)
Aumento de Capital	7.000	20.000
Ajuste Exercício Anterior	(80)	-
Saldos no final do semestre	7.937	17.537

13. IMOBILIZADO

	2016			2015		
	Taxa anual de depreciação	Custo	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terenos	-	3	-	3	78	78
Imoveis de Uso	4%	7	(6)	1	933	(679)
Instalações	10%	201	(199)	2	207	(205)
Móveis, máquinas e equipamentos de uso	10%	168	(131)	37	319	(232)
Sistemas de comunicação	10%	61	(36)	25	127	(71)
Sistemas de processamento de dados	20%	4.812	(4.093)	719	5.245	(4.048)
Sistemas de segurança	10%	207	(178)	29	251	(188)
Total		5.459	(4.643)	816	7.160	(5.423)

14. DEPÓSITOS

	2016		2015		Total
	Sem vencimento	Total	Sem vencimento	Até 3 meses	
Depósitos	-	-	302	-	302
A vista	-	-	247.481	295.305	542.786
Interfinanceiros	-	-	302	247.481	543.088
Total	-	-	302	247.481	543.088

15. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Refere-se à taxa de cadastro cobrada no ato da contratação do financiamento, apropriada "pro rata-temporis" de acordo com os prazos dos contratos.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - Em 30 de junho de 2016 o capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$561.596 (R\$ 423.596 em 2015), estava representado por 615.127.380 (105.127.380 em 2015) ações ordinárias, sem valor nominal. Em 24 de agosto de 2015, houve aumento de capital de R\$ 48.000, mediante emissão de 60.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 471.596 e o total de 165.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 02 de setembro de 2015. Em 16 de dezembro de 2015, houve aumento de capital de R\$ 90.000, mediante emissão de 450.000.000 novas ações ordinárias nominativas, passando o capital a ser de R\$ 561.596 e o total de 615.127.380 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Este aumento foi homologado pelo Banco Central em 23 de dezembro de 2015. **b) Distribuição de lucros** - Aos acionistas são assegurados 25% como dividendos mínimos obrigatórios, calculados sobre o lucro líquido anual, de acordo com a legislação societária. **c) Reserva de Capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 22. **d) Reserva Legal** - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, limitada a 20% do Capital Social. Devido ao prejuízo apurado, o Banco não destinou parte do resultado do período para reserva legal.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição Social,				
líquido de participação estatutária	(24.958)	(10.813)	(24.958)	(10.813)
Alíquota vigente	25%	25%	20%	15%
IRPJ / CSLL de acordo com a alíquota vigente	6.240	2.703	4.992	1.622
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias	2.783	5.943	2.226	3.565
Efeito do IRPJ e CSLL sobre as diferenças permanentes	(1.568)	(2.316)	(1.253)	(1.388)
Prejuízo fiscal e base negativa	(7.455)	(6.330)	(5.965)	(3.799)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	-	-
Crédito Tributário não constituído no período	(4.672)	(387)	(3.739)	(234)

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
Base de cálculo:				
Diferenças temporárias	276.470	157.397	276.470	157.397
- provisão para créditos de liquidação duvidosa (**)	212.380	72.646	212.380	72.646
- provisão para contingências	56.773	50.736	56.773	50.736
- ajuste a valor de mercado	(9)	(3)	(9)	(3)
- amortização do ágio	6.895	5.955	6.895	5.955
- demais	431	28.063	431	28.063
Prejuízos fiscais	179.887	90.661	179.887	90.839
Total	456.357	248.058	456.357	248.236
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	25%	20%	15%
Crédito tributário fiscal	114.089	62.015	91.271	37.235
Crédito tributário não constituído (*)	114.089	62.015	91.271	37.235

(*) Em 30 de junho de 2016, os benefícios do imposto de renda (25%) e da contribuição social (20% em 2016 e 15% em 2015) acumulados, seriam respectivamente R\$ 114.089 (R\$62.015 em 2015) e R\$ 91.271 (R\$37.235 em 2015), caso as perspectivas para sua recuperação fossem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução nº 3.059 do BACEN. (**) Inclui contratos de financiamento de veículos, baixados para prejuízo, que ainda não cumpriram o prazo de dedutibilidade previsto na Lei 9.430. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), convertida na lei 13.169 em 06 de outubro de 2015, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até o ano de 2018.

c) Movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferida passiva sobre as diferenças temporárias:

	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
	2016	2015	2016	2015
- Saldo inicial	(60)	(68)	(47)	(40)
- Realizações	60	4	47	2
- Saldo final (nota explicativa n.º 9 b)	-	(64)	-	(38)

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim resumidas:

	Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
	2016	2015	2016	2015
Credial Empreendimentos e Serviços Ltda				
Depósitos a vista	-	(302)	-	-
Valores a pagar para sociedades ligadas	-	(19)	-	(2.794)
Banco Société Générale Brasil S.A.				
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(501.781)	-	(33.652)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	62.100	13.700	5.137	870
Banco Cacique S.A.				
Correspondentes	37	106	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	967
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(41.005)	(4)	(981)
Valores a receber de sociedades ligadas	2.105	2	-	-
Valores a pagar para sociedades ligadas	-	(614)	(10.626)	(26.560)
Cobracred Cobrança Especializada Ltda.				
Valores a pagar para sociedades ligadas	(23)	(516)	(471)	(3.144)
Société Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França)				
Valores a pagar para sociedades ligadas	(87)	(35)	-	(7)
Resumo por conta:				
Depósitos a vista	-	(302)	-	-
Correspondentes	37	106	-	-
Captações em depósitos interfinanceiros	-	(542.786)	(4)	(34.633)
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota explicativa n.º 5)	62.100	13.700	5.137	1.837
Valores a pagar para sociedades ligadas (notas explicativas n.º 9 c e n.º 19)	(110)	(1.184)	(11.097)	(32.505)
Valores a receber de sociedades ligadas (nota explicativa n.º 9 a)	2.105	2	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

O Banco Pecúnia faz parte do Grupo Société Générale Brasil e do qual também faz parte o Banco Cacique. A estrutura administrativa dos Bancos Cacique e Pecúnia é compartilhada, sendo os Administradores do Banco Pecúnia comuns ao Banco Cacique e apenas parte de suas atividades são dedicadas à administração do Banco Pecúnia. Dessa forma, esses Administradores recebem uma remuneração global paga e registrada pelo Banco Cacique onde substancialmente suas atividades são dedicadas. **c) O Banco Pecúnia efetua o ressarcimento ao Banco Cacique referente a estrutura administrativa compartilhada.** No primeiro semestre de 2016 o montante de despesa a título de ressarcimento é de R\$10.626 (R\$26.560 em 2015). Outras informações: I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2.º grau; b) Pessoa físicas ou jurídicas que participem do capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2.º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária: A participação acionária no Banco, em 30 de junho de 2016 e de 2015, estava assim representada:

	2016	2015
Ações ordinárias		
Banco Société Générale Brasil S.A.	615.127.380	105.127.380
Total	615.127.380	105.127.380

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Despesas de água, energia e gás	(110)	(93)
Despesas de aluguéis	(445)	(535)
Despesas de comunicações	(185)	(517)
Despesas com contribuições filantrópicas	-	(30)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(111)	(120)
Despesas de material	(6)	(78)
Despesas de processamento de dados	(2.093)	(3.039)
Despesas com relações públicas	-	(37)
Despesas de publicações	(70)	(68)
Despesas de seguros	(107)	(1)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(361)	(1.868)
Despesas de serviços de terceiros	(302)	(1.864)
Despesas de serviços técnicos especializados	(28)	(57)
Despesas de serviços de cobrança, assessoria e consultoria - Sociedade Ligada (Nota explicativa n.º 18 a)	(471)	(5.938)
Despesas de serviços de cobrança	(172)	(638)
Despesas de serviços de consultoria/assessoria	(1.264)	(22.415)
Despesas de serviços de assessoria e consultoria - SG Paris (Nota explicativa n.º 18 c)	-	(7)
Despesas com honorários advocatícios	(1.387)	(1.352)
Despesas de transporte	(35)	(361)
Despesas de viagem no país	-	(35)
Despesas de depreciação e amortização	(498)	(425)
Despesas de estrutura compartilhada (Nota explicativa n.º 18 b)	(10.626)	(26.560)
Outras despesas administrativas	(496)	(2.487)
Total	(18.767)	(68.525)

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Recuperação de encargos e despesas	127	1.876
Variações monetárias	2.063	2.006
Reversão de provisão com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c)	204	119
Reversão de provisão com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c)	521	1.023
Reversão de despesa com intermediação financeira em cessão de crédito	285	1.394
Rendas de comissão sobre vendas de seguros	120	2.217
Outras receitas	404	2.244
Total	3.724	10.879

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Descontos concedidos	(791)	(3.208)
Despesas com juros e multas	(503)	-
Despesas com provisões com processos trabalhistas (Nota explicativa n.º 11 c)	(4.887)	(162)
Despesas com provisões com processos cíveis (Nota explicativa n.º 11 c)	(274)	(64)
Despesas com provisões com processos fiscais e previdenciárias (Nota explicativa n.º 11 c)	(2.533)	(1.512)
Indenizações cíveis	(1.503)	(1.651)
Outras despesas	(1.234)	(883)
Total	(11.725)	(7.480)

22. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

O Grupo Société Générale (França) ofereceu como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras (Banco Pecúnia S.A. e subsidiárias) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados em ações que estavam vigentes até 31 de março de 2016. Todos os planos foram liquidados com entrega de ações do Société Générale (França). I - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 13.440 ações foram alocadas aos 336 funcionários do Banco Pecúnia e subsidiárias. O plano estava dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de performance na qual o retorno sobre o capital (ROE) do Grupo Société Générale atingisse 10% em 2012. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, estava condicionada à permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumentasse entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e "Corporate Banking"). O Société Générale considerou na avaliação da quantidade de ações a serem empossadas "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações foi de 34,55 Euros e 33,15 Euros respectivamente para o grupo 1 e grupo 2, calculados adotando o método de arbitragem. II - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo Société Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco Société Générale e empresas afiliadas. Nessa distribuição, 1.237 ações e 395 opções de ações foram alocadas aos funcionários do Banco Pecúnia e subsidiárias. A outorga das ações estavam condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeita às condições de performance. Sendo que 50% das ações foram outorgadas aos beneficiários que estavam no grupo em 31 de março de 2014. A posse dos outros 50% dependeram do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - "Return on Equity") do Grupo Société Générale fosse igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance seriam empossadas; Caso o ROE fosse entre 10% e 15%, as ações seriam empossadas de acordo com a seguinte fórmula $10 \times (\text{ROE} - 5\%)$, por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações seriam empossadas. (ii) o segundo critério se aplicou caso o ROE fosse inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e foi mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual foi comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representados por: Barclays, BBVA; BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. Se o Grupo Société Générale ficasse entre os três primeiros colocados no "ranking" TSR seriam empossadas 50% das ações; se o SG ficasse entre a 4ª e 6ª, seriam outorgadas 25% das ações e caso ficasse após a sexta posição nenhuma ação seria empossada. O Société Générale considerou para cálculo um "turn-over" de 17,61% ao ano. O valor justo unitário das ações, calculado adotando o método de arbitragem, foi de 34,82 Euros por ação e o valor justo das opções foi de 11,54 euros por opção de ações. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos no resultado dos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015 na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital.

	Plano de Ações livres	Plano de Ações diferidas	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2014	826	44	870
Constituição	92	-	32
Canceladas / Reversão	(713)	(3)	(716)
Saldo em 30 de junho de 2015	145	41	186
Saldo em 30 de dezembro de 2015	180	41	221
Canceladas / Reversão	(13)	-	(13)
Saldo em 30 de junho de 2016	167	41	208